

Cansaço apressa fim da Constituinte

Constituintes preferem comemorar a promulgação com festas e eleição

BRASÍLIA — Depois de 31 meses de intensas negociações, disputas e votações, estão todos cansados na Constituinte. Até o perseverante presidente Ulysses Guimarães, que já chegou a ficar oito horas em plenário sem ir ao banheiro, ontem fez um apelo geral aos companheiros para desistirem de verificações de presença, discursos e emendas inúteis. Ele quer tudo terminado até o final desta semana.

Nessa reta final, os 569 constituintes não querem mais saber de artigos e parágrafos. Preferem mesmo é se preparar para a grande festa eleitoral de novembro e, enquanto ainda permanecem em Brasília, tratam de organizar outras festas mais imediatas. A primeira delas, idealizada pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, será amanhã à noite numa casa com vistas para o lago Paranoá. Dos 150 convidados que estão se dispondo a pagar Cr\$ 3 mil por cabeça, 80 são deputados e senadores de vários partidos que, no dia se-

guinte, às 9 da manhã, já têm um compromisso marcado: estar no plenário para manter o quorum e o próprio motivo da comemoração.

A festa de Brandão vai se chamar "Bye Bye Constituinte" e, segundo o convite, será "um esforço concentrado com muita música, bebida, comida e alegria para a primeira comemoração oficial da derrota do Centrão". Afinal, diz ainda o convite, "a esquerda (também) dança".

O senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) diagnosticou a estafa geral: "Até parece eleição. No final, todos estão tão cansados que nem se importam mais com a vitória ou a derrota. O importante é terminar logo". E Brandão replicou: "É, mas depois ainda vem a apuração".

O encerramento mesmo será com a promulgação da nova Carta, que poderá ser em 18 de setembro, coincidindo com a promulgação da Constituição de 46, ou 21 de setembro, início da primavera. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) aguarda atento uma confirmação da data: sua comemoração, bem menos festiva, vai ser a distribuição de livros denunciando quem votou contra e enaltecendo quem votou a favor das causas trabalhistas.



Nelton (E), Salomão (C) e Genoíno (D) comemoram: até dar quórum motivo de festa

Sarney pede à líderes ação contra déficit

BRASÍLIA — O presidente José Sarney mostrou-se ontem preocupado com o capítulo da Ordem Social da futura Constituição durante reunião com os líderes do governo no Congresso. Segundo o deputado José Lourenço (PFL-BA), líder do PFL na Câmara, a expectativa do governo é maior com relação à Previdência Social, na área de seguridade. O setor está deficitário no momento e não pode assumir novos encargos. Sarney orientou as lideranças a negociar dispositivos que não aumentem o déficit da Previdência.

Além de Lourenço, participaram da reunião no Palácio da Alvorada, pela manhã, o deputado Carlos Sant'Anna (líder do governo na Câmara) e os senadores Marcondes Gadelha e Saldanha Derzi, líderes do PFL e do governo no Senado, respectivamente.

Reforma exclui terra produtiva

BRASÍLIA — A propriedade produtiva e a pequena e média propriedades rurais, assim definidas em lei, não poderão ser desapropriadas desde que seu proprietário não possua outra. Além disso, a lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social. Estes itens foram aprovados ontem pela Constituinte e a decisão foi recebida com aplausos entusiásticos pelos representantes da UDR, que lotaram as galerias.

Com o apoio dos demais partidos de esquerda, o líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, tentou adiar o exame da matéria na esperança de um acordo, mas, em nome do PFL, o deputado Inocêncio de Oliveira bloqueou a iniciativa alegando não ser possível o entendimento. O líder do FDS, deputado Amaral Neto, também foi contra.

MONOPÓLIOS
A Constituinte também ampliou o monopólio da União, estendendo-o ao gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, à refinação do petróleo nacional ou estrangeiro; à importação e exportação desses produtos; ao transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados produzidos no País, e ainda ao transporte por meio de condutos, além de pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minerais nucleares e seus deriva-

dos. Quanto às empresas estrangeiras que já atuam no setor de lavra e pesquisa de outros recursos minerais — atividades que foram nacionalizadas —, terão prazo de quatro anos para se associarem a empresas de capital nacional ou, se preferirem, industrializar no território nacional o produto de sua lavra. Decidindo permanecer como estrangeiras, estas empresas somente terão direito à pesquisa e lavra das substâncias que industrializem. A mineração em áreas de fronteira ou terras indígenas será regulamentada em lei específica. E será favorecida a garimpagem.

Quanto aos contratos de risco, proibidos pela Constituinte, serão ressalvados aqueles que já estejam em vigor na área da Petrobrás. A lei também disciplinará a utilização e transporte de materiais radioativos no território nacional. Na área de transportes em geral, ficou decidido que serão brasileiros os armadores, os proprietários de navios, os comandantes e pelo menos dois terços das tripulações de embarcações nacionais.

USUCAPIÃO
Os constituintes aprovaram ainda o usucapião para quem ocupar área urbana de até 250 metros quadrados, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família. É condição necessária que não seja proprietário de outro imóvel, urbano ou rural. O usucapião não será aplicado a imóvel público.

Ficou estabelecido, também, que o desenvolvimento das cidades com mais de 20 mil habitantes será orientado por um plano diretor, ficando a propriedade urbana obrigada à sua função social, o que implica obedecer a diretrizes desse plano. As desapropriações serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

A prestação de serviços públicos ficou definida como atribuição do poder público, diretamente ou sob forma de concessão ou permissão, sempre através de licitação. A lei vai regular o regime de empresas concessionárias dos serviços públicos e os contratos, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de ser mantido serviço adequado.

BANCOS
Ainda ontem, a Constituinte decidiu que os bancos oficiais e privados não poderão mais vender seguros ou passagens, rejeitando os destaques que pretendiam suprimir da Carta a proibição dessas atividades. No que se refere ao sistema financeiro nacional, foi aprovado que ele deve ser "estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade". E será regulado em lei complementar, inclusive a "autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário".
As microempresas ou empre-

sas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão tratamento jurídico diferenciado da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A finalidade é incentivar-las através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias. Por meio de lei, estas obrigações poderão até ser eliminadas.

ORDEM ECONÔMICA
Ao votarem o capítulo da ordem econômica, os constituintes estabeleceram que ela terá de observar os princípios da propriedade privada e da livre concorrência, da defesa do consumidor e do meio ambiente. Fica assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Foram também definidos dois tipos de empresas: a brasileira, com sede e administração no País; e a brasileira de capital nacional, controlada por pessoas físicas residentes e domiciliadas no País ou por empresas estatais nacionais. Para as empresas brasileiras de capital nacional, a lei poderá estabelecer proteção e benefícios especiais temporários (reserva de mercado de informática, por exemplo). Na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional, nos termos da lei.

As repercussões das decisões da constituinte estão na página 37

Ulysses derruba a emenda da reeleição

BRASÍLIA — O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, já acertou, por intermédio de parlamentares amigos, a retirada das emendas que revogariam a proibição da reeleição de membros das Mesas da Câmara e do Senado para o mesmo cargo — o que abriria caminho para sua reeleição a presidente da Câmara.

Durante jantar informal, domingo, em sua residência oficial, Ulysses disse a líderes e dirigentes do partido que não pede votos nem reivindica sua reeleição a presidente da Câmara. Mas acrescentou: "Se as lideranças partidárias decidirem pela permissão da reeleição, não fugirei à responsabilidade".

Pelo futuro texto constitu-

cional, os atuais membros das Mesas da Câmara e do Senado não podem ser reeleitos para o mesmo cargo. Dois dos atuais integrantes — o 2º vice-presidente, Paulo Minecarons (PMDB-RS) e o 1º secretário, Paes de Andrade (PMDB-CE) — são candidatos a presidente.

Os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, deputado Ibsen Pinheiro (RS) e senador Ronan Tito (MG), não estão mais articulando a possível recondução de Ulysses. Eles não encontraram receptividade no plenário. Um dos amigos mais chegados do presidente do PMDB observou: "A matéria só será decidida bem no finalzinho e poderá ser aprovada a recondução só do Ulysses, como homenagem da Constituinte".



Ulysses: se pedirem, não foge à responsabilidade



Jobim na sessão da Constituinte tem emenda rejeitada

Ruralistas festejam derrota da esquerda

BRASÍLIA — A permanência no texto constitucional da proibição de que terras produtivas sejam desapropriadas para fins de reforma agrária foi comemorada ruidosamente por centenas de manifestantes da União Democrática Ruralista (UDR), concentrados dentro e fora do Congresso Nacional. "Um, dois, três, comunistas no xadrez", gritaram os ruralistas aglomerados na rampa de acesso ao Congresso, quando foram informados da vitória. As galerias do plenário, lotadas por lideranças do patronato rural, levantaram-se em aplausos e gritos quando o placar eletrônico mostrou a derrota da esquerda.

Como sempre ocorre quando o tema reforma agrária é discutido na Constituinte, foram registrados alguns momentos de tensão. No mais grave deles, um simpaticante da UDR ameaçou com um revólver o inspetor de segurança da Câmara dos Deputados, Milton Novato de Carvalho, encarregado de fiscalizar um dos acessos ao prédio principal do Congresso. O agressor retirou-se sem ser identificado, depois de ofender aos berros o inspetor.

Milton Novato tratou imediatamente de armar-se, preparando-se para um novo confronto, e alertou o coordenador do sistema de segurança da Câmara, Fernando Boani Paulucci. Um "grupo de captura" foi formado para localizar o ruralista armado, mas sem sucesso. Duas horas mais tarde, o deputado Amaury Müller (PDT-RS) anunciou ter encontrado um "soco inglês" deixado sobre uma das cadeiras da sala de lanches anexa ao plenário.

Após a votação, o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, afirmou que a entidade vai dedicar-se agora "a eleger vereadores, prefeitos, governadores e até o presidente da República". Segundo Caiado, a UDR é atualmente "a única força política organizada no País".

Enquanto a UDR concentrou ontem cerca de oito mil simpaticantes — de acordo com cálculo do presidente da seção paulista da entidade, Roosevelt Roque dos Santos — para pressionar os constituintes, os trabalhadores rurais mobilizaram apenas algumas dezenas de pessoas, que distribuíram adesivos e flores e exibiram um vídeo criticando a UDR.



Caiado durante a votação: comemoração ruidosa

Falta votar tabelamento de juros reais

BRASÍLIA — A eleição em dois turnos, o tabelamento dos juros em 12% ao ano e a possibilidade de reeleição dos membros das mesas diretoras da Câmara e do Senado são alguns dos pontos ainda não votados pela Constituinte, que já chegou ao artigo 205. São 245 artigos na parte permanente e 76 nas disposições transitórias, mas a pressa com que as votações vêm sendo feitas faz com que os dispositivos mais polêmicos sejam pulados, para evitar atrasos. Ontem, pularam o parágrafo que limita os juros e um outro que estabelece o financiamento do sistema único de saúde com recursos.

Alguns outros pontos que serão votados nos próximos dias: Previdência Social — dispositivos que aumentam os benefícios e seus valores, e que preocupam o governo por causa do rombo que poderão causar nas contas da previdência;

Deficientes — dispositivo que manda pagar um salário mínimo mensal às pessoas portadoras de deficiência física que não podem prover sua manutenção;

Mercado interno — dispositivo que estabelece que o mercado interno integra o patrimônio nacional;

Fernando de Noronha — no primeiro turno, foi aprovada a aneção de Fernando de Noronha a Pernambuco. Há um movimento forte para que o arquipélago volte a ser território federal;

Marajás — redução dos vencimentos, remunerações, vantagens, adicionais e aposentadorias dos que estejam ganhando mais do que a Constituição permite, não se admitindo invocação ao direito adquirido;

Decretos-leis — o primeiro turno decidiu que os decretos-leis que não tiveram sido apreciados pelo Congresso até a promulgação da Constituição serão considerados rejeitados. Há negociações para suprimir o dispositivo;

Anistia — poderão ser suprimidos os dispositivos que anistiam os micro e pequenos empresários e os míni, pequenos e médios produtores rurais dos débitos de empréstimos feitos na vigência do Plano Cruzado.

Agassiz pode ver arquivos do Exército

BRASÍLIA — Mesmo antes de promulgada a nova Constituição, o autor da emenda que instituiu o direito do habeas data no capítulo Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, deputado Agassiz de Almeida (PMDB-PB), já oficializou o seu uso. Ontem, em Fernando de Noronha, o governador Fernando César Mesquita abriu os arquivos do Exército e entregou ao deputado alguns documentos sobre o período de 29 dias em que ele esteve preso na ilha, em abril de 1964.

Ex-integrante das Ligas Campesinas, ao lado de Francisco Julião e Gregório Bezerra, Agassiz de Almeida é classificado pelos militares da época como "terrorista comunista", empenhado em "promover o terror rural". Dos documentos consta também o nome de seu interrogador, coronel Ibiapina.

Desde a prisão, esta foi a primeira vez que Agassiz voltou a Fernando de Noronha. "Conhecer a ilha só acentuou minha convicção de que a liberdade sempre triunfa", disse ele. O quartel militar que abrigou os presos políticos daqueles tempos é, hoje, um Centro de Convivência, que reúne o Conselho Comunitário da ilha, clube de jovens, área de lazer e a Guarda Territorial, que tem como missão proteger o meio ambiente.



Agassiz: vitória antecipada

EUROPA E COM ABREUTUR

10 países-36 dias
Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Suíça, Alemanha, Holanda, Bélgica e Inglaterra
Saídas: set. 1, 8, 15, 22, 29

8 países-27 dias
Portugal, Espanha, França, Itália, Suíça, Luxemburgo, Bélgica e Inglaterra
Saídas: set. 1, 8, 22, 29

10 países-23 dias
Grécia, Jugoslávia, Hungria, Austrália, Checoslováquia, Alemanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra e França
Saídas: set. 5 out. 3

13 países-46 dias
Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Jugoslávia, Hungria, Austrália
Saídas: set. 10

8 países-22 dias
Itália, Austrália, Suíça, Alemanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra e França
Saídas: set. 3, 10, 17, 24 out. 1, 8

9 países-25 dias
Itália, Austrália, Suíça, Alemanha, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França e Espanha
Saídas: set. 3, 10, 17, 24 out. 1, 8

4 países-20 dias
Portugal, Espanha, França e Itália
Saídas: set. 10

abreutur

São Paulo: Av. Bríg. Faria Lima, 1.501 - Fone: (011) 814-0444
Campinas: R. da Conceição, 289 - Fone: (019) 32-6188 (ABAV 541-618)
Rio de Janeiro • Recife • Salvador • Porto Alegre • Curitiba • Belo Horizonte

Consulte-nos sobre outras excursões

Reinaldo Polito

ENSINA EMPRESÁRIOS E EXECUTIVOS A FALAR BEM.

Av. Irai, 2226 - Cep 04082 - SP
Fone (011) 578.3011 - 272.6927 - 581.6574